

A MODERNIDADE COMO DESTINO E COMO QUESTÃO: A CIDADE EM MAX WEBER E GEORG SIMMEL¹

Marina Marins Morettoni²

RESUMO: No esforço para compreender a vida social, os pensadores clássicos se debruçaram sobre três questões norteadoras: i) como o mundo social se mantém, ii) como estudar o mundo social e iii) a compreensão da modernidade. Neste texto, buscamos demonstrar de que maneira a cidade, como meio de entender a modernidade, aparece na obra de dois desses pensadores: Max Weber e Georg Simmel. De diferentes maneiras, Weber e Simmel tratam da dicotomia entre o campo e a cidade. Também refletem sobre a centralidade da riqueza, a emergência de novos tipos sociais e o tema da liberdade na cidade. Por fim, sinalizamos possibilidades para a compreensão da cidade contemporânea à luz da sociologia clássica.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Sociológica; Modernidade; Cidade; Max Weber; Georg Simmel.

MODERNITY AS A DESTINATION AND AS A QUESTION: THE CITY IN MAX WEBER AND GEORG SIMMEL

ABSTRACT: In the effort to understand social life, classical thinkers approached to three guiding questions: i. how the social world holds itself, ii. how to study the social world and iii. the understanding of modernity. In this text, we try to demonstrate how the city as a mean of understanding modernity appears in the work of two of these authors: Max Weber and Georg Simmel. In different ways Weber and Simmel deal with the dichotomy between the countryside and the city, the centrality of wealth, the emergence of new social types and the theme of freedom at the city. Finally, it signals possibilities for understanding the contemporary city in the light of classical sociology.

KEYWORDS: Sociological Theory; Modernity; City; Max Weber; Georg Simmel.

¹ A versão original deste texto foi apresentada como trabalho de conclusão de curso à disciplina Teorias de Sociologia Urbana, ministrada pelo Prof. Luiz Antonio Machado da Silva e pela Profa. Palloma Valle Menezes, no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS/UFF).

² Mestra em Sociologia (PPGS/UFF). Bolsista CAPES. Formada em Bacharel em Turismo pela UFF. Correio eletrônico: mmorettoni@id.uff.br.

INTRODUÇÃO

A passagem do século XIX para o século XX foi fortemente marcada por um processo de construção e consolidação da sociologia como disciplina científica. Autores como Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, George Simmel e outros, podem ser considerados pensadores clássicos ou fundadores do pensamento sociológico. Neste sentido, são clássicos porque seus pensamentos flertam com dilemas que até hoje perpassam a teoria social contemporânea. E são retomados, constantemente, como um ponto de partida (até mesmo obrigatório) para novas pesquisas (ARON, 2003; COHN, 2007; SOUZA, 2005).

Em suas reflexões sobre o mundo social, os clássicos distanciaram-se do pensamento da antiga filosofia política que os precederam, numa tentativa de superar problemas que lhes foram impostos diante da insuficiência para responder a algumas perguntas. Alguns exemplos de suas contribuições são: a cisão metodológica entre o pensamento racionalista e o historicista, a divisão entre indivíduo e sociedade, e a necessidade de compreender o mundo social moderno (UNGER, 1979). Estas estabeleceram-se como problemas das ciências sociais, norteando o caminho trilhado pelos pensadores clássicos na tentativa de encontrar respostas.

Os séculos XIX e XX, dessa maneira, representam um momento de importantes contribuições à teoria social, posto que marcam um período de reflexão dos homens sobre si mesmos (ARON, 2003); e eram inúmeras as influências e estímulos para tal. Afinal, foram também palco de intensas mudanças de caráter cultural, social, político e econômico, marcado, segundo Brasciani (1985), pelo trinômio do progresso, do fascínio e do medo. Os pensadores clássicos viram surgir a aurora da modernidade e sua consolidação: Marx, por exemplo, demonstrou, dentre outras coisas, como a evolução da técnica intensifica a exploração do trabalho (ATTALI, 2007); Durkheim (2003a; 2003b) diagnosticou a passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica; Simmel (2005b) percebeu o desenvolvimento da consciência e o surgimento do indivíduo nas grandes cidades.

No curso da modernidade – com o estabelecimento de novas relações de produção, a progressiva mecanização e esvaziamento do

campo, o inchaço das cidades, e o advento da economia monetária – a cidade aparece como alvo das reflexões sociológicas, em um primeiro momento, sob o ângulo do problema da habitação (ENGELS, 1976). A cidade, de certa maneira, sentiu mais fortemente as transformações da modernidade, seja do ponto de vista prático e técnico, seja do ponto de vista espiritual. Estudar e compreender a cidade era compreender o mundo então presente.

A cidade moderna representa o momento culminante desse longo processo [mudança na relação com o tempo, transformação das relações de produção e trabalho] e também lugar onde acumulam-se homens despojados de parte de sua humanidade; em suma, lugar onde a subordinação da vida a imperativos exteriores ao homem se encontra levada às últimas consequências. Fascínio e medo; a cidade configura o espaço por excelência da transformação, ou seja, do progresso e da história; ela representa a expressão maior do domínio da natureza pelo homem e das condições artificiais (fabricadas) de vida. (BRASCIANI, 1985, p. 39).

Dentre os textos fundadores de um estudo da vida social da cidade – embriões de uma sociologia urbana – temos a obra, já citada, de Friederich Engels a respeito do problema da habitação na cidade, que apresenta uma questão urbana ainda muito atual, respeitadas as devidas especificidades espaço-temporais. Além disso, podemos considerar também os esforços de Max Weber em compreender a formação histórica das cidades ocidentais a partir dos aspectos econômicos e político-administrativos das cidades antigas e medievais: identificando causalidades históricas que nos ajudam a entender a cidade moderna. Talvez possamos considerar Georg Simmel como o autor mais representativo – dentre os clássicos – nesse aspecto (RAMMSTEDT; DAHME, 2005).

A modernidade esteve presente seja como pano de fundo, seja como objeto e problema na obra desses pensadores. Neste texto, buscamos demonstrar de que maneira a cidade como meio de entender a modernidade aparece na obra de dois desses autores: Max Weber e Georg Simmel. Em Weber, pelo importante papel que desempenhou ao formular um tipo ideal de cidade, um modelo-limite que nos serve de medida entre a realidade do mundo social e as diferentes possibilidades encontradas no decorrer da história, reunidas

todas em uma mesma caricatura. Em Simmel, porque – diferentemente, de Weber que trata do surgimento da cidade ocidental, localizada ainda no nascimento de uma modernidade –, fala sobre a modernidade constituída em que a cidade é um cenário frutífero à compreensão de seus efeitos: as mudanças nas relações sociais a nível do espírito em resposta às mudanças nas relações sociais de base material.

Ao falar sobre a cidade, Weber e Simmel, cada um à sua maneira, apresentam a dicotomia entre o campo e a cidade, a centralidade da riqueza, o surgimento de novos tipos sociais e o tema da liberdade. Por fim, inspirados na obra destes autores, sinalizamos algumas possibilidades para a compreensão da cidade contemporânea.

MAX WEBER: A FORMAÇÃO DA CIDADE OCIDENTAL E A AURORA DA MODERNIDADE

A sociologia de Max Weber, ao se debruçar sobre as ações sociais particulares, busca, na realidade, a compreensão do homem, situado em dada configuração histórica. Tudo para Weber refere-se ao homem que, inserido em uma sociedade e imerso na mudança histórica, é determinado por condições passíveis de serem conhecidas e as quais ele mesmo forma historicamente (JASPERS, 2007). Compreender essa tríade – homem-sociedade-mudança histórica – é partir, de certo modo, de uma perspectiva micro-sociológica e micro-histórica das histórias particulares para uma abordagem macro-sociológica e macro-histórica de uma época.

O moderno ou a modernidade, neste sentido, sempre esteve em questão na obra de Weber, na medida em que ele busca por meio das ações sociais individuais e da causalidade histórica compreender a formação do mundo ocidental: o processo de racionalização da sociedade e o desenvolvimento do capitalismo (WEBER, 2004), a formação das cidades e a configuração da democracia moderna (WEBER, 2009), por exemplo. Weber quer entender a “modernidade”, desta maneira, porque ela o atinge diretamente. Vemos na obra do autor:

O mundo moderno como destino e como problema. Nesta formulação resume-se a posição de Max Weber diante das tarefas teóricas e práticas que se impôs ao longo da vida

³ Ao falar sobre os fundadores da sociologia, Aron (2003, p. XIX) comenta que a Política de Aristóteles comporta uma análise comparativa dos regimes políticos, como também uma análise a nível macro e micro (da coletividade e das relações particulares), “no nível em que se realiza, por excelência, a sociabilidade do homem, a cidade”.

cujo timbre singulariza sua obra. A modernidade como destino e como problema: vale dizer, como campo de forças no qual se confrontam escolhas fundadas no repertório de valores que ela mesma propõe. (N.T.: Schluchter; Henrich; Offe, 2007, p. 125, grifo do texto original).

A exposição de quadros históricos em comparação uns com os outros, servem como retalhos à formulação de quadros típicos ideais e à compreensão do mundo, então, presente. Estudar a configuração histórica das cidades é compreender o nível em que se realiza, por excelência a sociabilidade do homem⁴ e as diferentes formas de configuração das cidades no decorrer do tempo e em diferentes espaços: as condições que tornaram possível a configuração econômica e política administrativa das cidades modernas; mas não todas as causas (apenas algumas), pois o método da causalidade histórica de Weber, embora exaustivo, não é capaz de esgotar todas as possibilidades de causas históricas para os fenômenos (WEBER, 2004; JASPERS, 2007). Weber “apanha o sentido verificável como aquele visado e produzido por homens reais, nas suas derivações e conseqüências, que *sempre e somente são acessíveis ao conhecimento nas suas conexões singulares e de maneira relativa*” (JASPERS, 2007, p. 105, grifo nosso).

Em seu texto “A dominação não legítima (Tipologia das Cidades)”, Weber (2009) formula um tipo ideal de cidade como um meio de ver o possível para, então, captar o real. As cidades como formação espacial podem ser categorizadas a partir da existência dos aglomerados habitacionais, mas não apenas; pensando a formação das cidades antigas e medievais, também temos a necessária existência de uma praça de mercado, em torno da qual os indivíduos estabelecem relações de trocas materiais. Quanto à questão da produtividade, a cidade é marcada pela sobreposição da indústria (e do comércio) sobre a produção agrícola. É central também a variedade dos produtos industriais existentes. Logo,

Em todo caso, o decisivo não é apenas o tamanho. Se se tenta definir a cidade do ponto de vista puramente econômico, seria um povoado cujos habitantes, em sua grande maioria, não vivem do produto agrícola, mas sim da indústria ou do comércio. Mas não seria conveniente

⁴ Ao falar em ciência social, Weber (2003) refere-se ao estudo dos fenômenos socioeconômicos. Ou seja, aqueles que no campo indeterminado do social podem ser estudados a partir das condições materiais de existência que são culturais e classificam-se em econômicas, economicamente relevantes ou economicamente condicionadas. Isso porque, segundo este autor, em seu caráter geral, o social carece de um ponto de vista específico que possibilite “iluminar a significação de determinados elementos culturais.” (WEBER, 2003, p. 84). Weber considera que a Sociologia como ciência econômico-social “abrange a totalidade dos eventos culturais”.

chamar todos os assentamentos deste tipo de cidade. (WEBER, 2009, p. 409).

Do ponto de vista das relações interpessoais, a cidade é marcada pela ausência de conhecimento mútuo entre seus habitantes, o que, em contrapartida, era típico das comunidades no sentido em que Tonnies (2001) atribui: o das relações de vizinhança. Em sua formação político-administrativa, historicamente as cidades antiga e medieval podem estar associadas à existência de uma sede territorial-senhorial ou de uma sede principesca, ao redor das quais funcionam a indústria e o comércio. Ou seja, o componente econômico estabelece relações diretas com os componentes políticos e administrativos da cidade.

São as diferentes atividades econômicas e formações político administrativas, que ganharam centralidade de acordo com o contexto histórico e geográfico de cada época que definiram as tipologias de cidades existentes, as quais Max Weber (2009) identifica da seguinte maneira: Cidade Industrial, Cidade de Funcionários, Cidade de Rentistas, Cidade de Comerciantes, Cidade de Artesãos, Cidade de Consumidores, Cidade Mercantil, Cidade de Agricultores, Cidade de Linhagens, Cidade Aristocrática, Cidade Plebeia, Cidade Fortaleza, para citar algumas. Essas tipologias de cidade não necessariamente anulam umas às outras, mas muitas vezes coexistem no espaço urbano. Assim, “Parece óbvio que quase todas as cidades empíricas representam tipos mistos e, por isso, somente podem ser classificadas segundo seus componentes econômicos predominantes” (WEBER, 2009, p. 412). De modo que Weber define a cidade da seguinte maneira:

Somente queremos falar de “cidade” no sentido econômico⁴, tratando-se de um lugar onde a população *local* satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas, e isto principalmente com produtos que a população *local* dos arredores produziu ou adquiriu *para a venda* no mercado. Toda cidade no sentido aqui adotado da palavra é “localidade de mercado”, isto é, tem um mercado local como centro econômico do povoado, mercado no qual, em virtude da existente especialização da produção econômica, também a população não-urbana satisfaz suas necessidades de produtos industriais ou artigos mercantis ou de ambos, e, como é natural, também os próprios moradores da cidade trocam entre si os produtos especiais

e satisfazem as necessidades de consumo de suas economias. (WEBER, 2009, p. 409).

A cidade ocidental, tanto a antiga como a medieval (e nesta com ainda mais ênfase) consolidou-se sob o discurso de que “O ar da cidade faz livre”. A evasão para a cidade pautava-se na possibilidade de ascensão econômica, que no caso dos servos – a princípio enviados por seus senhores – podia traduzir-se na compra de sua liberdade. A cidade é, desse modo, historicamente, o lugar dos estrangeiros, dos forasteiros, de atração de pessoas de diferentes localidades.

À compreensão da modernidade – no pensamento clássico – cabia a interseção entre as questões do método e da ordem (UNGER, 1979). Weber não apenas estudou os diferentes tipos de formações citadinas na Antiguidade e na Idade Média a partir de seu caráter econômico e político administrativo – formulando o tipo ideal de cidade –, mas escreveu sobre as lógicas que permitiam a manutenção e a mudança das relações sociais existentes. De acordo com Karl Jaspers:

Sua sociologia é história universal através da ascensão interminável rumo às *questões radicais*, para chegar pela compreensão às *grandes decisões*, às *raízes* últimas na mudança das coisas. Ele quer compreender, a partir de fatores determináveis, como a existência humana chegou a ser. (JASPERS, 2007, p. 113).

No caso das cidades ocidentais, tem-se na Antiguidade a gradual transição de sua manutenção por meio do pacto ritual dos clãs para a conformação das comunas de caráter institucional. Já nascendo nas cidades medievais, desde o princípio, como comunas. A emergência do cristianismo ao lado da articulação entre membros de diferentes clãs na Antiguidade, concorreu para o enfraquecimento das crenças que mantinham coesas as formações rituais; assumindo as formas eclesásticas de administração um papel fundamental nas cidades medievais.

“A cidade [medieval] transformou-se em uma relação associativa institucional [onde encontramos corporações e guildas], autônoma, ainda que em grau diverso, e autocéfala, em uma ‘corporação institucional’” (WEBER, 2009, p. 435). A manutenção da vida em

⁵ Para Weber (1991), a vigência da ordem pode ser considerada legítima pelos agentes 1) em virtude da tradição, 2) em virtude de uma crença afetiva-emocional, 3) em virtude de uma crença racional referente a valores, e 4) em virtude de um estatuto acreditado de legalidade (seja por acordos de interesse, seja pela imposição). Esta última é a forma de legitimidade da ordem mais vigente em tempos atuais.

sociedade na cidade medieval passou a ser exercida por uma vigência da ordem⁵, por um estatuto acreditado de legalidade – acordado ou imposto (WEBER, 1991). Com a racionalização das relações, há a emergência de um direito cidadão de caráter estamental, que extingue o princípio de personalidade do direito das cidades antigas.

Weber levanta a seguinte questão: “qual é a razão por que o desenvolvimento da cidade se iniciou na região mediterrânea e depois na Europa, e não na Ásia?”; e conclui: “Já respondemos a esta pergunta com a constatação de que aqui [no ocidente europeu] o nascimento de uma *confraternização* urbana – de uma *comuna* urbana, portanto – não foi impedido pelas vinculações mágicas dos clãs ou, como na Índia, das castas” (WEBER, 2009, p. 444, grifo do texto original). Trata-se, nesse sentido, de um processo de racionalização das relações.

A cidade moderna ocidental conforma um tipo de organização social que é autônoma em relação a diferentes tipos de dominação. E na medida em que a cidade se autonomiza, ela se aproxima de um ideal de estado totalmente racional-legal. A cidade moderna, como tal, nasce dos sucessivos movimentos em direção à sua autonomia. De certo modo, persiste, assim, a ideia de cidade como espaço da libertação; com a formação das comunas. Os habitantes libertam-se de um modelo de dominação de tipo senhorial-territorial ou principesco, e abrem caminho para a formação do Estado-Nação, deixando sua autonomia ao mesmo tempo em que a conquistam.

Weber “apenas traz à luz, como todos os meios da pesquisa empírica e da interpretação compreensiva, as condições e depois um fator positivo que, atuando como que às costas dos homens, desencadeou efeitos dos quais ninguém cogitou quando as coisas corriam” (JASPERS, 2007, p.110). A racionalização da sociedade, a burocratização do Estado, o desenvolvimento das relações comerciais... tudo colaborara para a transposição das relações de caráter comunal para relações de caráter societal, na qual emergem diferentes motivações para as ações sociais. Cabe sintetizarmos que Weber (2009) apresenta um recorrido histórico do surgimento das cidades antiga e medieval, que podemos compreender paralelamente ao desenvolvimento da cidade ocidental europeia: a formação da aurora de uma modernidade.

GEORG SIMMEL: A EMERGÊNCIA DO INDIVÍDUO E DA CONSCIÊNCIA NA GRANDE CIDADE

Enquanto Max Weber fala sobre as condições históricas causais da modernidade, sempre a qualificando: racionalismo moderno, capitalismo moderno, cidade moderna (SCHLUCHTER; HENRICH; OFFE, 2007), Georg Simmel concentra-se sobre uma modernidade constituída, já consolidada. Ele escreve sobre as transformações na vida cotidiana da grande cidade; vivendo em uma das maiores cidades de sua época – Berlim – onde se sentiam fortemente os efeitos de intensa industrialização e do desenvolvimento da economia monetária (WAIZBORT, 2013).

Para Simmel (2005b, p. 578), “As grandes cidades sempre foram o lugar da economia monetária, porque a multiplicidade e concentração da troca econômica dão ao meio de troca uma importância que não existiria na escassez de troca do campo”. A modernidade, por sua vez, tem como uma de suas marcas a contraposição entre o campo e a cidade, conformando, inclusive, diferentes ritmos de vida e tipos de personalidade.

Enquanto o campo se coloca como local da pessoalidade, das relações de vizinhança, do contato direto com o outro, tendo como característica fundamental a cultura subjetiva, a cidade é o espaço da individualidade por excelência. Ou seja, a cidade configura-se na cultura moderna como *locus* da cultura objetiva, do anonimato, da indiferença, da multiplicidade de vínculos fugidios que dão ao indivíduo maior liberdade. Mas ainda mais importante é que “o fundamento psicológico sobre o qual se eleva o tipo das individualidades da cidade grande é a *intensificação da vida nervosa*, que resulta da mudança rápida e ininterrupta de impressões interiores e exteriores” (SIMMEL, 2005b, p. 577-578, grifo do texto original).

A grande cidade prolifera e intensifica o estresse e o ritmo nervoso de vida, por meio do excesso de estímulos a que os indivíduos se veem submetidos. Esse modo de vida citadino demanda mais da consciência do indivíduo do que o ritmo lento e habitual de vida no campo. O desenvolvimento da consciência, por sua vez, contribui para a formação de uma vida anímica de caráter intelectualista na cidade. Ou seja, há na cidade a valorização das faculdades intelectuais, ao

passo que no campo temos uma “imagem sensível-espiritual da vida” (SIMMEL 2005b, p. 578), em que as relações são pautadas pelo sentimento e não pela racionalidade.

Assim, o tipo do habitante da cidade grande – que naturalmente é envolto em milhares de modificações individuais – cria um órgão protetor contra o desenraizamento com o qual as correntes e discrepâncias de seu meio exterior o ameaçam: ele reage não com o ânimo, mas sobretudo com o entendimento, para o que a intensificação da consciência, criada pela mesma causa, propicia a prerrogativa anímica. Com isso a reação àqueles fenômenos é deslocada para o órgão psíquico menos sensível, que está o mais distante possível das profundezas da personalidade. (SIMMEL, 2005b, p. 578).

Trata-se de uma reação do entendimento aos estímulos externos que visa preservar a vida anímica – ou espiritual – do indivíduo. Não se sabe, no entanto, conforme Simmel (2005b), se é a preservação da vida anímica por meio do desenvolvimento da consciência e do entendimento que possibilitam a intensificação da economia monetária ou se é esta que possibilita o desenvolvimento do primeiro quadro. A vida na cidade está diretamente relacionada à economia monetária e à divisão social do trabalho, estabelecendo uma relação sincrônica entre o modo de produção e circulação das mercadorias e a emergência do indivíduo como um ser autônomo. Para Souza e Oelze (2005):

Sua questão principal [a de Simmel] parece ter sido a de perceber, no nível de vida cotidiano e das consciências singulares, a enorme transformação levada a cabo pelas grandes mudanças estruturais do mundo moderno: a urbanização, a divisão social do trabalho e, acima de tudo, o advento da economia monetária ou, simplesmente, do dinheiro, como ele prefere. (SOUZA; OELZE, 2005, p. 7).

As transformações mais urgentes, por ele percebidas, são a cisão entre a cultura objetiva da cidade e a cultura subjetiva do campo, como vimos, mas também a emergência de tipos de personalidade resultantes do desenvolvimento da consciência intelectualista, como proteção da vida anímica, a saber: o caráter blasé e o caráter cínico.

O indivíduo blasé para Simmel (2005b) resulta de condições fisiológica e psicológica: a primeira está associada ao esgotamento da

capacidade responsiva dos nervos pelo excesso de estímulos de uma vida desmedida de prazeres, mas também pela rapidez responsiva a antagonismos gerados por impressões *a priori* inofensivas; a segunda diz respeito ao embotamento da sensibilidade valorativa, que compromete o sentimento e a vontade e é originada pelo advento da economia monetária que coloca o dinheiro em papel de centralidade como equivalente universal. O indivíduo blasé perde sua capacidade de distinguir o valor das coisas. (SIMMEL, 2005b; SOUZA, 2005).

O cínico, em contrapartida, tem como característica fundamental a distinção de valores. Ele nivela o valor de todas as coisas à distinção monetária e obtém satisfação neste movimento. De acordo com Souza:

O cínico, a exemplo do próprio dinheiro, não reconhece o valor ou uma especificidade de valores não-monetários, como convicção, talento, beleza, virtude. Estes perdem a sua especificidade e são monetarizados [...]. O fato básico que une as duas figuras é a circunstância de tudo ser comprável e medido segundo critérios monetários. Se para o cínico isso é motivo de prazer, para o *blasé* significa a ausência da possibilidade de conferir qualquer estímulo à vida. Se o cínico está contente na sua posição, busca o *blasé*, desesperadamente, estímulos para sua sensibilidade embotada. (SOUZA, 2005, p. 14).

Essas *formas* de personalidade e de existência na cidade grande conformam diferentes atitudes e modos de interação social – reserva, indiferença, antipatia. “Enquanto o sujeito se ajusta inteiramente por conta própria a essa forma de existência, a sua auto conservação frente à cidade grande exige-lhe um comportamento não menos negativo de natureza social” (SIMMEL, 2005b, p. 582). Essas formas de dissociação são entendidas por Simmel como formas de sociação e auto conservação – modo pelo qual os indivíduos interagem entre si e que permite a auto conservação do todo social (SIMMEL, 1983a; 1983b).

Com o ritmo nervoso de vida da grande cidade, com o desenvolvimento do entendimento e da consciência, com o constante contraste entre o exterior e o interior, não seria possível aos indivíduos manter as relações sociais historicamente iniciais.

O estágio mais inicial das formações sociais, que se encontra tanto nas formações históricas como naquelas

que se formam atualmente, é este: um círculo relativamente pequeno, com uma limitação excludente rigorosa perante círculos vizinhos, estranhos ou de algum modo antagônicos, e em contrapartida com uma limitação excludente estrita em si mesmo, que permite ao membro singular apenas um espaço restrito de jogo para o desdobramento de suas qualidades peculiares e movimentos mais livres, de sua própria responsabilidade. Assim começam os grupos políticos e familiares, as formações de partidos, as confrarias religiosas; a autoconservação de associações muito jovens exige o estabelecimento rigoroso de limites e a unidade centrípeta e não pode portanto conceder ao indivíduo nenhuma liberdade e particularidade de desenvolvimento interior e exterior. A partir desse estágio, a evolução social bifurca-se simultaneamente para dois lados diferentes, e no entanto correspondentes. Na medida em que o grupo cresce – numericamente, espacialmente, em significação e conteúdos de vida – então justamente afrouxa-se a sua unidade interior imediata, a pregnância da delimitação originária frente aos outros se atenua mediante relações mútuas e conexões. Ao mesmo tempo, no grupo que agora cresceu o indivíduo ganha liberdade de movimento para muito além da delimitação inicial, invejosa, e ganha uma peculiaridade e particularidade para as quais a divisão do trabalho dá oportunidade e necessidade. Segundo essa fórmula desenvolveram-se o estado e o cristianismo, as guildas e os partidos políticos, assim como inumeráveis outros grupos, tanto mais naturalmente as condições e forças particulares do singular modificam o esquema geral. Isso também me parece ser claramente perceptível no desenvolvimento da individualidade no interior da vida cidadina. [...] Quanto menor é o tal círculo que forma o nosso meio, quanto mais limitadas as relações que dissolvem os limites perante os outros, com tanto mais inquietude ele vigia as realizações, a condução da vida e a mentalidade do indivíduo e tanto antes uma especificação quantitativa e qualitativa *explodiria o quadro todo*. (SIMMEL, 2005b, p. 583-584, grifo nosso).

Se expressa, desse modo, a leitura da sociedade de Simmel, em que os embates entre as forças perturbadoras e conservadoras agem como mecanismos autorreguladores dos processos de socialização (SIMMEL, 1983a). O comportamento socialmente negativo transforma-se, assim, em mecanismo de auto conservação social ao dar mais autonomia ao indivíduo, que de outra maneira não poderia respirar com as condições de vida impostas pela grande cidade. No entanto, é fundamental para Simmel (2005b) não confundir a modernidade com

alguma ideia de progresso. Na realidade, para o autor, todos esses fatores são marcas da “tragédia da cultura moderna” (SOUZA, 2005). O desenvolvimento das grandes cidades no curso da modernidade, ao mesmo tempo que possibilitou a “emancipação” do indivíduo, que se torna autônomo, acarretou profundos retrocessos ao espírito, à delicadeza e ao idealismo.

OLHARES SOBRE A CIDADE

Vimos até aqui que Weber (2009) se esforçou em delinear diferentes tipologias de cidade que existiram historicamente, tendo sido possível, inclusive, sua coexistência em um mesmo espaço urbano. Essas tipologias respondem a dois eixos: um histórico e geográfico, para o qual temos as cidades ocidentais, antigas e medievais; e outro político e econômico, que pode ser ilustrado com a cidade principesca, a cidade fortaleza, a cidade mercantil e a cidade de consumidores, por exemplo.

Em Simmel (2005b), o que está em questão não é a diferença entre a tipologia das cidades espaço-temporalmente determinadas por aspectos políticos e econômicos distintos, mas como as condições materiais e o ritmo de vida das cidades, especificamente da modernidade ocidental, transformaram as individualidades e colaboraram para o desenvolvimento da consciência, desencadeando a formação de dois tipos de personalidade: o comportamento cínico e o blasé.

De certa forma, por caminhos diferentes, Weber e Simmel nos apresentam um processo de causalidades históricas, que: 1) colaborou para a formação das cidades modernas ocidentais; e 2) formou as condições materiais necessárias às transformações do espírito na cidade moderna. Unger (1979) acrescentaria que é comum aos pensadores clássicos a interseção metodológica entre pensamento lógico e causal, ainda que cada um apresente caminhos metodológicos distintos; Weber com o tipo ideal (WEBER 1991; 2003) e Simmel com a abstração de formas e conteúdos: as diferentes formas de comportamento e interação social e suas respectivas motivações (SIMMEL, 1983a, 1983b).

Com ênfases e abordagens distintas sobre a modernidade, as obras desses dois pensadores clássicos se complementam no entendimento sobre a cidade ocidental. Além disso, podemos identificar alguns pontos de contato em ambas as produções intelectuais no que se refere ao objeto aqui considerado. Tanto em Simmel (2005b) como em Weber (2009) temos o diagnóstico da oposição entre o campo e a cidade, a centralidade da “riqueza” ou do dinheiro, a emergência de tipos sociais e a questão da liberdade, sobre as quais falaremos brevemente a seguir.

É ponto pacífico que o desenvolvimento da cidade ocidental culminou gradativamente na separação entre o campo e a cidade. Segundo Weber (2009), na Antiguidade, por exemplo, todo cidadão podia ser considerado um “cidadão agricultor”, na medida em que era comum a posse de um lote onde cultivava o seu alimento; já na Idade Média não encontramos este tipo de relação em que o típico cidadão supre suas necessidades alimentares com o cultivo do próprio solo.

A relação entre a cidade, como portadora da indústria e do comércio, e o campo, como fornecedor de alimentos, constitui apenas uma parte de um complexo de fenômenos que se denominou “economia urbana” e se diferenciou, como “etapa econômica” especial, por um lado, da “economia própria” e, por outro, da “economia nacional” (ou de uma pluralidade de etapas estabelecidas de modo semelhante). Mas neste conceito misturam-se medidas da política econômica com categorias puramente econômicas. (WEBER, 2009, p. 414).

As cidades ocidentais, dessa maneira, passaram a depender do abastecimento do campo para suprir as necessidades de produtos agrícolas de seus habitantes. Ao passo que no aspecto político, o que diferenciava as cidades ocidentais no curso de seu desenvolvimento de outras formações citadinas primárias e do campo era a existência de um estamento cidadão especial, onde se podia encontrar uma fortificação, um mercado, um tribunal e um direito próprios, um caráter associativo, além de uma autonomia e autocefalia administrativa pelo menos parciais. Cabe apontarmos que o caráter associativo e o direito próprio não existiam fora da cidade. (WEBER, 2009).

Quanto às relações sociais no campo – diferente das relações sociais na cidade –, eram comunais, do tipo de vizinhança (WEBER,

2009; SIMMEL, 2005b). Desse modo, “pelo menos nas fundações de cidades novas, o cidadão entrava na comunidade urbana como indivíduo” (WEBER, 2009, p. 433), o que na cidade moderna proporciona o desenvolvimento da individualidade e da consciência, culminando nos tipos de personalidade já mencionadas. Assim, Simmel (2005b) atribui ao campo – por suas relações comunais e círculos sociais restritos – a cultura subjetiva das relações em que o sentimento ganha centralidade, ao contrário da cidade, com sua cultura objetiva pautada – como nos mostra também Weber (2009) – na racionalização das relações.

Além das personalidades cínica e blasé, de que fala Simmel (2005b), podem-se considerar ainda o surgimento de diferentes tipos sociais na cidade. Afora os cidadãos comuns, que variam em definição de um contexto para o outro, surge na Antiguidade a figura do *ex-proprietário*, referente às pessoas que perderam os bens de raiz (a terra) e passam a ser consideradas politicamente desclassificadas e a demandar da criação de grandes construções públicas (WEBER, 2009). Na Idade Média temos, por sua vez, os artesãos pobres, também chamados de profissionais sem trabalho, que serão considerados *indigentes* (Ibidem). Ao passo que na grande cidade (moderna) de Simmel (2005b), com a elevada divisão econômica e social do trabalho, surgem diferentes profissões como a *quatorzième*⁶, que podemos considerar um exemplo de como as relações passam a ser monetizadas e calculadas.

Trata-se, portanto, da transição de papéis sociais pautados no vínculo com a terra e no trabalho manual (WEBER, 2009) para papéis sociais com base na especialização das realizações de necessidades sempre novas: fonte de ganhos inesgotável (SIMMEL, 2005b), que se torna cada vez mais importante com a crescente centralidade do acúmulo de riquezas e do dinheiro na vida urbana.

Se nas análises de Simmel (2005b) o dinheiro é considerado um novo Deus, valorizado em si mesmo, não como meio, mas como fim, em Weber (2009) a posse de bens, títulos ou terras representa o acesso ao poder político decisório, seja nas cidades da Antiguidade seja nas cidades da Idade Média. Para Weber (2009), esta lógica está presente inclusive nas primeiras etapas da democracia.

⁶ Pessoas disponíveis para completar o quadro de convidados em jantares em que a mesa esteja composta por apenas 13 pessoas.

Tanto nas cidades antigas e medievais, como nas cidades modernas, a aquisição da riqueza assumia um papel relevante na vida social; no entanto cabe destacarmos que com o advento da economia monetária o acúmulo da “riqueza” deixa de ser entendido como um meio para a obtenção de influência política, e passa a ser visto como um fim em si mesmo. As terras e bens na modernidade valem, dessa maneira, por seu equivalente universal, o dinheiro (WEBER, 2009; SIMMEL, 2005b). Assim sendo, podemos considerar – de acordo com Weber (2009) – que há a transição de um *homo politicus*, na Antiguidade, para um *homo economicus*, na Idade Média, o que a nosso ver se intensifica e ganha outras proporções na modernidade simmeliana.

A questão da liberdade, por sua vez, aparece em Weber (2009) como a possibilidade de ascensão econômica e autonomização dos servos em relação aos seus senhores. É neste sentido que, como dissemos anteriormente, “O ar da cidade faz livre”. A gradual formação de associações e corporações institucionais nas cidades também representaram a libertação dos cidadãos de formas de dominação territorial-senhorial e principesca.

Além disso, o processo de racionalização possibilitou o enfraquecimento dos clãs na Antiguidade, bem como as formações de irmandade características da Idade Média (WEBER, 2009). Tipos de agrupamentos sociais em círculos reduzidos e exclusivos que, como demonstrou Simmel (2005b), podiam exercer um alto controle sobre as ações e comportamentos.

Para Simmel (2005b), é a fragmentação dessas formas de interação social e a multiplicidade de vínculos da modernidade que possibilitam a manutenção da ordem social em vista ao ritmo de vida nervoso da grande cidade. A cidade moderna, desse modo, liberta o indivíduo dos vínculos pessoais restritos e possibilita o desenvolvimento da individualidade e da consciência. Já falamos, no entanto, nos limites que essa liberdade apresenta ao espírito dos homens (SIMMEL, 2005b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CIDADE E AS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DE SUA COMPREENSÃO PELA SOCIOLOGIA

À guisa de conclusão, como tentamos demonstrar neste texto norteado por uma das três questões basilares da sociologia (UNGER, 1979): a compreensão da modernidade; quando adotado o objeto cidade, as obras de Weber (2009) e Simmel (2005b) são complementares. A cidade é espaço de profundas mudanças de dimensão espiritual desencadeadas por um processo histórico de transformações políticas e econômicas que criaram condições materiais necessárias ao surgimento do homem como indivíduo.

Mas, para além da validade do exercício de revisão bibliográfica e do necessário conhecimento dos autores fundadores no campo da teoria social, há um exercício paralelo de renovação de suas teorias e objetos. Ou seja, a reflexão sobre a atualidade de suas ideias e sobre como elas podem auxiliar à compreensão do mundo social de hoje. A centralidade dos clássicos no pensamento sociológico contemporâneo se dá pelo renovado vigor com que têm a contribuir para as questões sociológicas, a que são frequentemente recorridos, considerados base para o pensamento social. São, assim, clássicos “pelo alcance e profundidade de suas contribuições originais e por sua presença na atividade sociológica contemporânea” (COHN, 2007, p. 8).

A cidade para Weber (2009), por exemplo, que é o lugar, dentre outras características, onde os produtos industriais sobrepõem os agrícolas, e onde as pessoas estabelecem relações comerciais ao redor da praça de mercado, e que gera deslocamentos com a atração de pessoas de diferentes localidades, pode ser entendida na atualidade como ela própria uma mercadoria – tornada mercadoria na interseção entre interesses políticos e econômicos que orientam formas de administração. Nesse caso, poderíamos inclusive considerar que há uma administração pública da cidade inspirada no modelo de gestão de empresas privadas.

Ou seja, a cidade moderna ocidental, tornou-se local não apenas do consumo e venda de produtos em uma praça destinada às trocas comerciais, mas pode ela mesma ser produzida e consumida. Um exemplo é o processo de turistificação das cidades – que podemos compreender como a urbanização voltada para o turismo – em que a cidade é o próprio objeto de consumo. Embora com motivações e finalidades distintas, a cidade reafirma-se, então, como o espaço do

estrangeiro, do forasteiro, bem como considera Weber (2009), e dentre os quais podemos identificar um novo tipo ou agente social, o turista.

Nesse sentido, a “cidade faz livre”, porque segue mobilizando a atração de pessoas à procura de experiências e aventuras, e de trabalhadores em busca de oportunidades de autonomia econômica, que é um tipo de liberdade. O turismo, por exemplo, como atividade econômica localiza-se no setor de serviços e mobiliza 52 outras atividades da economia⁷, atraindo deslocamentos, não apenas de turistas, mas de mão de obra em busca de oportunidades de emprego.

Por outro lado, o excesso de estímulos da vida urbana nas grandes cidades – sobre o qual fala Simmel (2005b) – é capaz também de inverter fluxos de deslocamento. Ao mesmo tempo em que há a migração do “campo” para as grandes cidades, há uma migração turística para regiões rurais e menos urbanizadas, que é motivada por uma necessidade do espírito de fugir do ritmo nervoso de vida da grande cidade e consumir “novas” experiências. Essas experiências são condensadas no turismo dentro de segmentos que buscam atrair pessoas de acordo com sua motivação e/ou forma de organização, por exemplo: Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Base Comunitária, para citar alguns⁸.

Assim, da mesma maneira que a cidade é produzida e comercializada como uma mercadoria, onde se sobrepõe o valor de troca sobre o valor de uso (LEFEBVRE, 2001), o ritmo de vida do campo, a relação com a terra, os valores e costumes rurais – a ruralidade – pode ser comercializada como uma experiência, que ganha sentido como uma espécie de aventura (SIMMEL, 2005a), dotada de um caráter excepcional, que distancia o indivíduo da vida cotidiana e agitada das grandes cidades.

A relação entre as cidades e o turismo abre espaço para um amplo campo de pesquisas na sociologia do turismo, além de estabelecer interseções com diferentes campos do conhecimento como a geografia, a história e a antropologia. Este, no entanto, é apenas um dos inúmeros caminhos de pesquisa para a compreensão do mundo social e das questões urbanas e rurais com as quais os métodos e teorias da sociologia clássica ainda têm muito a contribuir quando revisitados e reelaborados.

⁷ Outras informações, acessar: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/5661-artigo-turismo-como-vetor-do-desenvolvimento.html>.

⁸ Para informações sobre os segmentos do turismo, acessar: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/1358-cadernos-e-manuais-de-segmenta%C3%A7%C3%A3o.html>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASCIANI, M. E. M. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Rev. Bras. de Hist.* v. 5, n. 8/9, pp. 35-68, 1985.

ATTALI, J. O pensador do Capital (janeiro 1865 – outubro de 1871). In: _____. *Karl Marx ou o espírito do mundo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

COHN, G. Apresentação. In: _____. (Org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

DURKHEIM, E. Solidariedade mecânica. In: RODRIGUES, J. A. (Org.); FERNANDES, F. (Coord.). *Durkheim*. São Paulo: Editora Ática, 2003a. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

DURKHEIM, E. Solidariedade orgânica. In: RODRIGUES, J. A. (Org.); FERNANDES, F. (Coord.). *Durkheim*. São Paulo: Editora Ática, 2003b. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

ENGELS, F. Contribuição ao problema da habitação. In: MARX, K; ENGELS, F. *Textos, volume II*. São Paulo: Edições Sociais, 1976.

JASPERS, K. Método e visão do mundo em Weber. In: COHN, G. (Org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

LEFEBVRE, H. *Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

RAMMSTEDT, O; DAHME, H. J. A modernidade atemporal dos clássicos da sociologia: reflexões sobre a construção de teorias em Émile Durkheim, Ferdinand Tonnies, Max Weber e, especialmente, Georg Simmel. In: SOUZA, J; OELZE, B (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2005.

SCHLUCHTER, W; HERICH, D; OFFE, C. Weber e o projeto de modernidade. In: COHN, G. (Org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

SIMMEL, G; A aventura. In: SOUZA, J; OELZE, B. (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2005a.

SIMMEL, G. A grande cidade e a vida do espírito (1903). *Mana*. v.11, n.2, pp. 577-591, 2005b.

SIMMEL, G. Como as formas sociais se mantêm. In: MORAES FILHO, E. (Org.); FERNANDES, F. (Coord.). *Simmel*. São Paulo: Editora Ática, 1983a. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SIMMEL, G. O problema da sociologia. In: MORAES FILHO, E. (Org.); FERNANDES, F. (Coord.). *Simmel*. São Paulo: Editora Ática, 1983b. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SOUZA, J. Introdução. In: SOUZA, J; OELZE, B. (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2005.

TONNIES, F. *Community and Civil Society*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2001.

UNGER, R. M. O dilema da teoria social. In: _____. *O direito na sociedade moderna: contribuição à crítica da teoria social*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

WAIZBORT, L. (2013). Simmel e a Berlim do segundo império. In: _____. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2013.

WEBER, M. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, M. A dominação não-legítima (tipologia das cidades). In: _____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva - Volume II*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (Org.); FERNANDES, F. (Coord). *Weber*. São Paulo: Editora Ática, 2003. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

WEBER, M. Conceitos sociológicos fundamentais. In: _____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva – Volume I*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.